

São Tomé e
Príncipe

2012

São Tomé e Príncipe

- O ano de 2011 foi difícil para o país. Estima-se que o PIB real tenha atingido 4.3% em 2011, comparado com 4.5% em 2010, impulsionado principalmente pela construção, o consumo, o turismo, o comércio a retalho e o sector mineiro. No futuro próximo, a taxa de crescimento deverá aumentar ligeiramente para 4.4% e 4.6% em, respectivamente, 2012 e 2013.
- O Governo tem feito progressos significativos na implementação das reformas, a fim de alcançar o desenvolvimento e o bem-estar económico. As reformas em curso, e futuras, continuarão focadas na melhoria da gestão financeira pública, na supervisão bancária e na regulamentação do trabalho.
- Apesar dos esforços do Governo para combater o desemprego dos jovens através da criação de programas e iniciativas, o desafio ainda persiste. A integração dos jovens no mercado de trabalho em STP é agravada pela ausência de uma política de emprego para jovens e por um inadequado fluxo de informações entre os candidatos a emprego e as entidades empregadoras.

Visão global

São Tomé e Príncipe (STP), localizado no Equador ao largo da costa da África Ocidental, é o país africano com menor população, com um Produto Interno Bruto (PIB) estimado de 253 milhões de USD e um PIB *per capita* de 1.222 USD em 2011. O país é considerado um estado frágil de acordo com a pontuação harmonizada do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) e da Política do País e Avaliação Institucional (CPIA) do Banco Mundial, situada abaixo de 3.2 em 2010. A sua vulnerabilidade a choques exógenos é acompanhada pela alta dependência da agricultura e da ajuda pública ao desenvolvimento (APD). O sector de serviços tem sido, até agora, a força dominante na economia, representando cerca de 60% do PIB em 2010 e 48.6% em 2011 e empregando cerca de 60% da força de trabalho. Os sectores da indústria e da agricultura contribuíram cada um com 20% para o PIB (Tabela 2). De acordo com as estimativas, o crescimento real do PIB baixou ligeiramente para 4.3% em 2011, contra 4.5% em 2010. O crescimento económico global foi impulsionado principalmente pela construção, o consumo, o turismo, o comércio a retalho e o sector mineiro. Desde 2009, o Governo tem feito progressos significativos na reforma da gestão das finanças públicas. O conjunto de medidas implementadas levou o país a ocupar o 12º lugar entre 53 países no Índice Mo Ibrahim 2011 de Governança Africana.

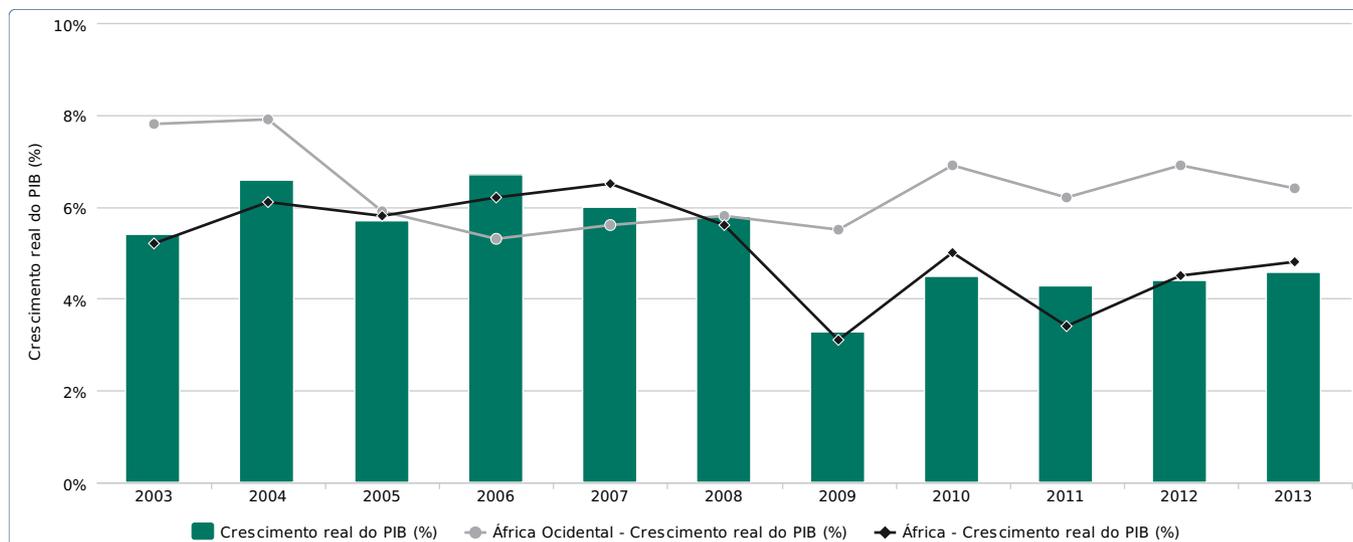
No futuro próximo, a taxa de crescimento deverá aumentar ligeiramente para 4.4% e 4.6% em, respectivamente, 2012 e 2013 (Tabela 1). Estas estimativas baseiam-se numa prudente política orçamental, no aumento projectado do bónus de assinatura de petróleo, bem como nos investimentos na agricultura e em infra-estruturas. Apesar do controlo rigoroso das despesas, estima-se que o défice orçamental global atingiu 15.9% do PIB em 2011, comparado com 11% do PIB em 2010. O défice deverá manter-se em 14.7% e 17.6% do PIB em, respectivamente, 2012 e 2013. Por outro lado, o défice corrente foi de 33.9% do PIB em 2011, e as previsões apontam para ligeira melhoria em 2012 e 2013, embora permanecendo na casa dos dois dígitos.

As eleições presidenciais livres e transparentes realizadas em Julho/Agosto de 2011 demonstraram o compromisso do país para com a paz e a estabilidade. A taxa fixa entre a dobra e o euro, vigente desde o início de 2010, tem ajudado a conter a inflação. Como resultado, a taxa de inflação deverá cair para 9.2% em 2011, que compara com 12.9% em 2010. A rigorosa política monetária também ajudou as autoridades a preservar o limiar mínimo de reservas internacionais no nível exigido pelo acordo de cooperação económica (3 meses de importações) assinado com Portugal. A paridade da dobra face ao euro foi concluída com a abertura de uma linha de crédito de 25 milhões de euros destinada a manter a estabilidade monetária. No entanto, a crise em Portugal pode levar a uma revisão da paridade.

A médio e longo prazo, STP deve aproveitar uma série de oportunidades a nível regional com vista a alcançar o desenvolvimento económico sustentável. Estas oportunidades incluem: fortalecer e intensificar as relações (políticas, económicas e culturais) para melhor aproveitar os benefícios da sua proximidade com os países da região e remover as restrições de barreiras não-comerciais, incluindo os impostos excessivos sobre os produtos e pontos de controlo não oficiais que afectam os pequenos estados insulares, incluindo São Tomé e Príncipe, e dificultam a sua efectiva integração na região.

A integração de jovens no mercado de trabalho em STP tem sido dificultada pela ausência de uma política de emprego para os jovens. A incapacidade do Governo em gerar emprego faz dos jovens o segmento mais vulnerável da população o que, por sua vez, pode ser um desafio à estabilidade política e à prosperidade económica. A política pró-crescimento deve ser centrada na melhoria da boa governação, na melhoria do ambiente de negócios e facilitar o acesso ao crédito para microempresas, a fim de criar empregos, especialmente para os jovens à procura do primeiro emprego.

Figura 1: Crescimento real do PIB (%) (Ocidental)



Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932619241>

Tabela 1: Indicadores Macroeconômicos (2012)

	2010	2011	2012	2013
Crescimento real do PIB	4.5	4.3	4.4	4.6
Crescimento real do PIB per capita	2.7	2.4	2.4	2.5
Inflação medida pelo IPC	12.9	9.2	6.5	8.1
Saldo Orçamental % PIB	-11.1	-15.9	-14.7	-17.6
Balança Corrente % PIB	-25.4	-33.9	-30.8	-28

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932602635>

Desenvolvimentos recentes e perspectivas

Tabela 2: PIB por setor (em percentagem) 2012

	2006	2010
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	17.7	19.3
Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca	-	-
Da qual agricultura	-	-
Minas e extracção	0.6	0.7
Do qual petróleo	-	-
Indústrias manufactureiras	7.1	7.7
Electricidade, gás e água	2.5	2.6
Electricidade, água e saneamento	-	-
Construção	8.5	9.6
Comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurants	26.7	28
Dos quais hotéis e restaurantes	1.4	1.5
Transporte, armazenagem e comunicação	16.4	14.7
Transporte e armazenagem, informação e comunicação	-	-
Finanças, imobiliárias e serviços prestados às empresas	7.1	8.4
Intermediação financeira, serviços imobiliários, empresariais e outras actividades de serviços	-	-
Serviços de administração pública	-	-
Administração pública e defesa, segurança social, educação, saúde e assistência social	-	-
Administração pública, educação, saúde	7.8	3.7
Administração pública, educação, saúde e outros serviços sociais e pessoais	-	-
Outros serviços comunitários, sociais e pessoais	-	-
Outros serviços	5.6	5.3
Produto interno bruto a preços base/factor custo	100	100
Comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurants	-	-

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projecções.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888932621217>

Um acontecimento de grande importância para o desenvolvimento económico de STP foi a descoberta de reservas de petróleo *off-shore* comercialmente exploráveis. Embora o país tenha estabelecido acordos de exploração de petróleo em 1997, a produção só deverá entrar em operação em 2016. Tal situação irá colocar riscos e desafios acrescidos ao desenvolvimento sócio-económico e à estabilidade de STP, dado o inadequado ambiente legal e regulamentar do país e a fraca capacidade dos sectores público e privado. A experiência internacional tem mostrado que os grandes fluxos financeiros, especialmente os propiciados pela produção de petróleo, podem criar desequilíbrios políticos e ameaçar tanto a sustentabilidade das despesas públicas, como a produção do sector não-petrolífero. O país precisa de salvaguardas urgentes contra a designada "doença holandesa". Tais salvaguardas devem residir na concretização de mudanças estruturais duradouras e na diversificação económica do sector não-petrolífero, com vista ao reforço do embrionário sector privado de STP.

Entretanto, o quadro legal e institucional das receitas do petróleo (Lei 8/2004), entre outros aspectos, prevê a centralização das receitas do petróleo numa conta especial da Reserva Federal dos Estados Unidos da América.

O investimento no sector petrolífero deverá aumentar. Em 2011, a empresa petrolífera francesa Total anunciou que vai investir cerca de 200 milhões de USD no bloco 1 da Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC). Do mesmo modo, as negociações com o Kuwait para a exploração dos blocos 5 e 12 da Zona Económica Exclusiva (ZEE) foram retomadas. Se as negociações se concretizarem, as autoridades poderão arrecadar cerca de 4.5 milhões de USD.

Para garantir a transparência da gestão dos recursos naturais e ganhar a confiança dos investidores após a retirada do país da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE), em Abril de 2010, STP, com o apoio dos seus parceiros de desenvolvimento, nomeadamente o Banco Mundial, retomou o processo para se tornar um país compatível EITI. Além disso, no Orçamento de Estado para 2012, o Governo fez uma provisão de cerca de 12 milhões de USD para questões relacionadas com a EITI.

O país é altamente dependente da ajuda pública ao desenvolvimento (APD). Em 2011, a ajuda representou cerca de 12.9% do PIB (contra 17.8% do PIB em 2010) e está previsto atingir 13.6% e 10.4% do PIB em, respectivamente, 2012 e 2013. Os doadores devem continuar a financiar os programas de desenvolvimento social, embora a actual crise mundial possa influir negativamente no volume dos fluxos de ajuda ao país.

STP é altamente vulnerável a choques exógenos. Nos últimos anos, tais choques centraram-se na escassez de alimentos e na actual crise financeira internacional. Apesar destas vulnerabilidades, STP, com o apoio dos seus parceiros de desenvolvimento (PD), conseguiu adoptar gradualmente políticas fiscais e monetárias mais prudentes que estão a promover o crescimento económico. Apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado (ECF) do FMI, estima-se que o PIB tenha crescido 4.3% em 2011, impulsionado pela construção, agricultura, comércio a retalho e sector mineiro, em comparação com 4.5% em 2010. O sector dos serviços tem sido a força motriz da economia, representando cerca de 60% do PIB em 2010 e 48.6% em 2011. O comércio por grosso e a retalho, hotelaria e restauração contribuíram com 27.3% para o crescimento do PIB, seguidos dos transportes, armazenamento e telecomunicações e indústria manufatureira que contribuíram com 14.7% e 8.7% para o PIB, respectivamente. Os sectores da indústria e da agricultura contribuíram cada um com 20% para o PIB. É esperada uma taxa média de crescimento de 4.5%, em 2012 e 2013, com base em projecções de crescimento da agricultura, das pescas, e do turismo. Em 2012-2013, as despesas de capital vão priorizar a saúde, a educação, a agricultura e as infra-estruturas (transportes, comunicações e energia), enquanto as despesas correntes se destinam a financiar salários do sector público e transferências sociais.

O maior crescimento é também apoiado por uma política orçamental prudente que prevê o uso de apenas uma parte do bónus de assinatura do petróleo, previsto para 2012, correspondente ao bloco 1 da Zona Económica Exclusiva do (ZEE) do país. Em 2011, o défice orçamental global está estimado em 15.9% do PIB, contra 11.1% do PIB em 2010, principalmente devido ao aumento em despesas de capital. O défice previsto para 2012 está estimado em 14.7% do PIB, refletindo o bónus de assinatura do petróleo previsto para esse ano. Para 2013, as autoridades pretendem manter a sua prudente política orçamental. Em resultado da indexação da Dobra ao Euro e da contenção das despesas orçamentais, bem como das variações nos preços globais de matérias-primas, a inflação deverá abrandar para 6.5% em 2012, que compara com 9.2% em 2011. Para 2013, a inflação deverá manter-se em um dígito. O défice corrente também deve melhorar em 2012 e 2013, reflectindo a utilização de parte do bónus de assinatura do petróleo.

O consumo privado e o investimento, público e privado, elevaram a procura económica em 2011. O consumo privado foi o principal financiador da economia e representou cerca de 4.8% do PIB em 2011, enquanto a parcela do consumo público se situou em 0.4% do PIB. Apesar do aumento da produção agrícola (por exemplo, a reabilitação da "Roça Monte Café") em 2011, devido ao investimento estrangeiro, a variação percentual no volume de exportações deverá ser inferior a 10% em 2011, que compara com 10.6% em 2010.

A crise financeira mundial e a agitação social no Norte da África têm influenciado negativamente o investimento directo estrangeiro (IDE) no país. A construção de dois projectos de infraestruturas (Laico-Hotel a ser financiado no âmbito de fundos do Governo da Líbia) e o início da construção de um Porto de Águas Profundas (a ser financiado pela empresa francesa Terminalink) sofreram contratempos. No entanto, novos projetos de infraestruturas (ex. aeroporto, porto e turismo) vão incentivar o investimento privado nos próximos anos. É esperado o aumento do investimento privado, em percentagem e volume, em 2012 e 2013, de modo a compensar a queda do consumo privado. Consequentemente, estima-se que a parcela do investimento privado na economia será 1.7% e 1.6% do PIB em, respectivamente, 2012 e 2013, em comparação com o aumento estimado de 1.1% do PIB em 2011. Os gastos públicos em infra-estruturas, transportes, comunicações e energia, nos próximos anos também devem criar um ambiente favorável ao investimento do sector privado. Além disso, a prioridade dada pelas autoridades à criação de condições adequadas para a geração de rendimento vai elevar o consumo público nos próximos anos.

A política macroeconómica

Política orçamental

Apesar dos progressos registados na cobrança de receitas e de uma política orçamental restritiva, o saldo primário interno tornou-se negativo em 2011. Tal ficou a dever-se, principalmente, à queda registada na APD. As receitas fiscais para 2011 foram estimadas em cerca de 17% do PIB em 2011, impulsionadas principalmente pelos impostos indirectos. A despesa corrente situou-se em 20.3% do PIB em 2011, contra 20.5% do PIB em 2010, dos quais 8.5% em salários e remunerações. A dívida externa é principalmente bilateral. Em 2011, estima-se que atingiu 76.8% da dívida externa total.

A economia é ainda guiada pelo programa *Extended Credit Facility* (ECF), a três anos, com Fundo Monetário Internacional (FMI), que fornece o quadro macroeconómico para a política orçamental. A primeira revisão do acordo foi concluída com êxito, embora a segunda e a terceira revisões ainda permaneçam incompletas devido à finalização pendente por parte do Governo do documento de estratégia para a redução da pobreza (PRSP), prevista para final de Março de 2012. Um novo programa do FMI pode concentrar-se no aumento dos gastos em sectores sociais prioritários, contando com o apoio dos doadores.

O país é considerado um estado frágil, de acordo com a pontuação harmonizada do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e da Política do País e Avaliação Institucional (CPIA) do Banco Mundial que, em 2010, era inferior a 3.2. STP é altamente dependente da ajuda externa, e pode ser ainda mais afetado pela crise da zona do euro. Em 2011, 50% das despesas de capital, destinadas a apoio a projectos, foram financiadas pela ajuda pública ao desenvolvimento. A médio e longo prazo, um desafio fundamental reside em convencer os doadores de que a assistência é, e será, gerida de forma eficiente. Em resultado do declínio da assistência externa, estima-se que a APD desça para 12.9% do PIB em 2011, que compara com 17.8% do PIB em 2010. Para 2012 está projectado um ligeiro aumento da ajuda externa para 13.6% do PIB e uma contracção para 10.4% do PIB em 2013. Para melhor agilizar a ajuda financeira, o Governo identificou o apoio orçamental como o canal receptor preferencial da ajuda. Neste sentido, em Abril de 2011, foram feitas promessas de apoio orçamental por parte do Banco Mundial (4 milhões de USD).

As autoridades também fizeram esforços significativos na melhoria da arrecadação de receitas e na regularização de atrasados mútuos com a Empresa Pública de Água e Electricidade (EMAE). Especificamente, as autoridades têm melhorado a aplicação da lei fiscal (tendo reduzido o imposto unificado às empresas de 45% para 25%) e aumentaram a cobrança de atrasados (a partir de Julho de 2011, o Governo liquidou suas dívidas à EMAE, de cerca de 5.8 milhões de USD, acumuladas até o final de 2009, o que, por sua vez, permitiu à empresa regularizar as suas obrigações fiscais sobre combustíveis em dívida). A introdução em 2010 do número de identificação fiscal para cidadãos e empresas permitiu, em 2011, a cobrança de impostos sobre o rendimento correspondentes a cerca de 20% da receita tributária total, em comparação com 18% em 2010.

Para melhorar ainda mais a transparência na gestão dos recursos naturais, o Governo criou uma conta especial na Reserva Federal dos Estados Unidos da América, que tem sido utilizada para financiar o défice orçamental.

Tabela 3: Finanças Públicas (em percentagem do PIB) 2012

	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Totais e Donativos	31.9	37.2	161.9	45.4	35.8	37.3	32.1	31.8	27.4
Receias fiscais	10.2	17.6	37.7	15.4	14.3	17	16.7	15.7	14.6
Receitas do Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Donativos	18.9	15.9	121.3	28.6	19.3	17.8	12.9	13.6	10.4
Despesas totais e empréstimos netos (a)	43.8	50.3	40.3	31.4	53.6	48.4	48	46.5	45
Despesas Correntes	22.9	30.5	28.7	23.3	19.9	20.5	20.3	19.3	17.8
Excluindo Juros	20.1	27.2	27.4	22.4	19.4	20.1	19.6	18.6	17.5
Remunerações e Salários	5.8	8.6	9	8.2	7.9	9.1	8.5	8.1	7.6
Juros	2.8	3.4	1.3	0.9	0.5	0.4	0.8	0.7	0.4
Balança Primária	20.9	-9.8	122.9	8.2	33.7	27.8	27.7	27.2	27.2
Balança Global	-9.2	-13.2	121.5	14.8	-17.3	-10.7	-15.2	-14	-17.3

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888932622205>

Política monetária

A decisão de indexar a Dobra ao Euro, em Janeiro de 2010, deixou o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) com ferramentas limitadas de política monetária à sua disposição. Para gerir eficientemente a paridade cambial, o BCSTP utiliza um conjunto de medidas, nomeadamente os requisitos de reservas e limites sobre as margens das operações cambiais. Nesse contexto, o BCSTP estabeleceu uma lei que exige aos bancos comerciais a constituição de reservas, principalmente em Dobras.

A adopção da paridade permitiu reduzir a inflação de 17% em 2009 para 12.9% em 2010. No entanto, a inflação deverá cair ligeiramente em 2011 para 9.2%, devido a uma diminuição dos salários e a um ajuste nos preços internos de produtos petrolíferos, em Março de 2011. A esperada redução dos preços das matérias-primas e do petróleo em 2012-2013 será mais do que suficiente para compensar o enfraquecimento da dobra em relação ao dólar. Prevê-se que a inflação atinja 6.5% em 2012 e 8.1% em 2013.

Em Junho de 2011, num esforço para facilitar o acesso ao crédito, o BCSTP reduziu a exigência de reservas em Dobras para 21% e mais tarde, em Setembro de 2011, para 18% (90% do total reservas obrigatórias). A exigência de reservas para depósitos em moeda estrangeira foi mantida em 21%. Em Outubro de 2011, a BCSTP também implementou um novo plano contabilístico e um sistema de informação, enquanto os bancos comerciais introduziram as ATM (caixas automáticas) para as operações envolvendo contas bancárias nacionais.

O desafio para 2012-2013 será o de manter as reservas cambiais a um nível adequado e assegurar que as transacções em moeda estrangeira estão alinhadas com a taxa de juros do Banco Central (BC). O objectivo do BC para o próximo ano passa por reduzir a inflação a fim de aumentar a competitividade da economia e estabilizar a taxa de juro interna. A consolidação das reformas já realizadas, aumentando a vigilância monetária e preservando as reservas internacionais e acordos de taxa de câmbio, irá fornecer uma base sólida para o crescimento económico no período de previsão e ajudar a cumprir as metas para a inflação.

Cooperação económica, integração regional e comércio

STP é membro da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e tem estatuto de observador junto da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC). Como membro da CEEAC, STP aprovou o acordo da Tarifa Externa Comum (CET), parte da visão da CEEAC (2025) que, entre outros objectivos, visa desenvolver uma área de comércio livre e a circulação de pessoas, bens e serviços. O país também vai beneficiar da plena implementação do *Central African*

Consensual Transport Master Plan (PDCT-AC), que visa resolver as restrições associadas a barreiras não comerciais, ou seja, a dupla tributação de mercadorias nos pontos de controlo não oficiais que afectam principalmente os países insulares da CEEAC, incluindo a STP.

A cooperação bilateral com Angola tem sido forte. O Governo angolano disponibilizou uma linha de crédito de 15 milhões de USD destinados às empresas angolanas interessadas em investir em STP. Além disso, um acordo de parceria foi assinado com as autoridades angolanas com vista a melhorar o porto e o aeroporto de STP, tendo já começado os trabalhos. O país também assinou um acordo de livre intercâmbio comercial com os países lusófonos e, em Maio de 2011, foi assinado um acordo de cooperação no sector de petróleo e do gás com Timor Leste.

A intenção do Governo em transformar o país num pólo de comércio regional, motivado pela descoberta de petróleo tanto na Zona de Desenvolvimento Conjunto (JDZ), como na Zona Económica Exclusiva (ZEE), aumentou o interesse de empresas e organizações internacionais em investir em STP. Para responder eficazmente a este interesse, o Governo identificou as seguintes prioridades de investimento, com financiamento e assistência já conseguidos através de uma variedade de fontes: a melhoria da rede de telecomunicações (Banco Mundial); a modernização do sector de energia, porto e aeroporto (Angola); aviação civil e censo populacional (BAfD) e reabilitação de infra-estruturas rodoviárias (União Europeia).

Na frente do comércio, os países europeus continuam a ser os principais parceiros comerciais do país, com Portugal como principal destino das exportações (45%) e como principal fonte das importações (60%). O défice comercial persistente fica a dever-se à elevada dependência das importações e das receitas das exportações, em queda desde 2003. A crise em curso na zona euro colocou ainda mais pressão sobre a balança comercial do país. A queda das exportações de cacau e as importações de bens alimentares, fez com que o défice comercial subisse para 40.7% (estimado) do PIB em 2011 (Tabela 4). A balança comercial deverá melhorar ligeiramente para 37.6% e 33.9% do PIB em, respectivamente, 2012 e 2013, principalmente devido à redução das importações de bens alimentares.

Tabela 4: Balança Corrente (em percentagem do PIB) 2012

	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Balança Comercial	-25.1	-41.1	-41.8	-46.3	-37.7	-39.6	-40.7	-37.6	-33.9
Exportação de bens (f.o.b.)	8	6.1	4.7	4.3	4.6	5.3	4.7	4.4	4.3
Importação de bens (f.o.b.)	33.1	47.2	46.5	50.6	42.3	44.9	45.4	41.9	38.2
Serviços	-10.3	-15.6	-12.7	-7.3	-6.7	-9.5	-10.2	-8.9	-7.9
Rendimento dos Factores	-1.6	1.9	4.2	2.1	1.7	1.5	1.2	1.5	1.3
Transferências Correntes	22.9	26.0	11.7	13.8	15.6	22.2	15.8	14.1	12.5
Balança Corrente	-14.1	-28.8	-38.6	-37.7	-27.1	-25.4	-33.9	-30.8	-28

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projecções.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888932623193>

Política da Dívida

O Sistema de Gestão das Finanças Públicas (SAFE) é o quadro jurídico de política da dívida do país. A lei permite às autoridades contrair empréstimos bancários até 10% da receita nacional do ano anterior. Em Março de 2007, STP atingiu o ponto de conclusão da iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), beneficiando assim de alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC e do Alívio da Dívida Multilateral (MDRI), de 91% da sua dívida externa multilateral (314 milhões de USD âmbito da iniciativa HIPC/MDRI e 24 milhões de USD por parte do Clube de Paris).

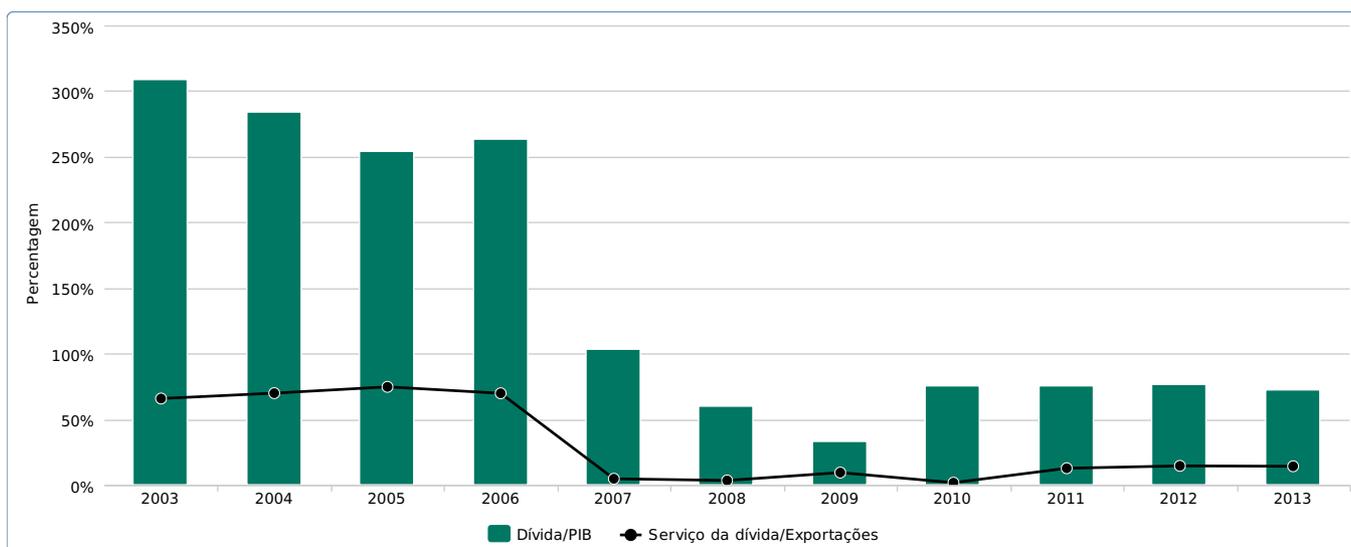
Apesar disso, a dívida permanece um desafio para STP. Em 2011, a dívida externa total da STP foi estimada em 75.8% do PIB, contra 71.5% do PIB em 2010. A dívida bilateral foi responsável por cerca de 76.8% da dívida total em 2011, contra 41% em 2005, com os financiamentos multilaterais a representarem apenas 23.2% em 2011, que compara com 59% em 2005. O Governo assinou acordos bilaterais com todos os seus credores do Clube de Paris, com excepção da Rússia. Em relação a este último, as autoridades começaram a discussão com o

Governo russo com vista ao alívio possível da dívida, está prevista a conclusão de um acordo em 2012. Na mesma linha, o país ainda aguarda o alívio da dívida por parte dos seguintes países, como parte do compromisso no contexto do ponto de conclusão da Iniciativa HIPC: China, Itália, Jugoslávia e Angola. Este último, juntamente com a Nigéria e Portugal, estão entre os credores bilaterais mais activos.

A avaliação conjunta do FMI e do Banco Mundial da Análise de Sustentabilidade da Dívida para Países de Baixo Rendimento concluiu que, apesar de ter beneficiado de alívio da dívida, o país corre o risco de constrangimentos a nível da dívida a curto e médio prazo. Prevê-se que o valor actual líquido (VAL) do rácio da dívida/exportações supere o limite de 50% durante o período de 2012-2014, e diminua até ao início da produção de petróleo em 2016.

O compromisso do Governo de evitar empréstimos comerciais e contar apenas com a ajuda pública ao desenvolvimento e empréstimos altamente concessionais para financiar programas de desenvolvimento é fundamental a fim de evitar o superendividamento. Portanto, a implementação de uma política orçamental sólida acompanhada por uma gestão prudente da dívida é de suma importância para que o crescimento económico sustentável a longo prazo possa ser alcançado.

Figura 2: Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços) 2012



Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932619241>

Governança económica e política

Sector Privado

A pequena dimensão de STP e o seu isolamento geográfico limitam o desenvolvimento do sector privado, mas as pesadas leis de investimento, regulamentos e procedimentos têm também contribuído para impedir a atividade do sector privado. O sector privado em STP é embrionário e, principalmente, composto por microempresas que se concentram a sua actividade no comércio, no turismo e na construção. Estes constrangimentos foram agravados pelas altas taxas de juro e pelo acesso limitado ao crédito dos investidores privados. Além disso, existem poucas Parcerias Público-Privadas (PPP) em STP, devido principalmente à ausência de um quadro jurídico e institucional adequado às mesmas. A Câmara Nacional de Comércio, criada em 1998, é o principal órgão responsável pela promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento do sector privado. Para superar os desafios nesta área, o país já tinha solicitado assistência aos seus parceiros do desenvolvimento, incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento.

De acordo com o Relatório *Doig Business* 2012, do Banco Mundial, STP está classificado em 163º lugar entre 183 países, apresentando uma melhoria importante em relação a 2011 (quando ocupava a posição 174). Foi o melhor classificado no comércio externo (7º entre 46 países africanos), mas precisa melhorar significativamente a execução de contratos (45º) e o acesso ao crédito (44º). A liberdade económica aumentou 0.7 (pontuação total de 49.5) em 2011, relativamente a 2010, colocando a economia na 150ª posição no índice de 2011. O país ocupa também o 12º lugar entre os 53 países da região Subsaariana Africana nos indicadores de governação *Mo Ibrahim*. A melhoria registada está ligada a medidas que foram tomadas nos últimos anos pelas autoridades a fim de reforçar o quadro regulamentar e atrair os investidores estrangeiros. Estas medidas incluem: (i) a adopção de um novo código de investimento, destinado a facilitar os procedimentos para a obtenção de autorizações e licenças; (ii) redução das taxas de imposto sobre as empresas de 45% para 25%; e (iii) criação de um balcão único para acelerar o processo de início de um negócio. O novo código de investimento oferece incentivos para atrair IDE, incluindo serviços administrativos para facilitar o acesso às propriedades do Estado (edifícios e terrenos). A propriedade privada, a criação de empresas, e o envolvimento na actividade comercial são permitidos em todas as áreas, com excepção das reservadas ao Estado, que inclui as operações do Banco Central e as de defesa.

Sector Financeiro

O sistema bancário de STP expandiu-se significativamente nos últimos anos. O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP), uma subsidiária da Caixa Geral de Depósitos (banco público português), é o maior e mais antigo banco comercial, tendo beneficiado do estatuto de monopólio em STP até à revisão da Lei Bancária, em 2003. Apesar dos esforços recentes do Governo para liberalizar o sector financeiro, com a abertura de dois novos bancos comerciais (aumentando o seu número para 8 no total), o sistema bancário em STP ainda permanece atrasado e necessita ser modernizado. Além disso, existem apenas duas pequenas companhias de seguros e não existe uma Bolsa de Valores.

Para reforçar e desenvolver o sector financeiro, em Outubro de 2011, o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) aprovou o lançamento por parte dos bancos comerciais da "Rede Dobra 24". Este sistema de pagamento automático, vai dar aos titulares de contas nacionais melhores condições de acesso aos seus fundos. No entanto, não está ligado internacionalmente.

O crédito a investidores privados permanece limitado e caro (taxa de juro de 26%). As carteiras dos bancos comerciais são compostas principalmente por empréstimos a empresas de pequeno e médio porte e a poucas pessoas individuais. Uma parcela significativa da população não tem acesso aos serviços bancários formais. Os desafios para o desenvolvimento do sector financeiro em São Tomé e Príncipe estão ligados, entre outros, a custos administrativos, às limitações do sistema judicial do país e à falta de garantias por parte dos potenciais investidores. Os depósitos em contas estrangeiras representam 60% dos depósitos dos bancos comerciais. Além da Soares da Costa e Mota e Engil são poucas as empresas privadas que garantem liquidez aos bancos comerciais.

Gestão do sector público, instituições e reformas

São Tomé e Príncipe foi um dos primeiros países africanos a implementar reformas democráticas, com a legalização dos partidos políticos após a sua independência em 1975. Em 2011, o índice de governação africano *Mo Ibrahim*, classificou STP em 12º lugar em termos de Segurança e Estado de Direito, em comparação com o 11º em 2010. As suas melhores avaliações foram obtidas em segurança nacional (89.9) e saúde (86.5), enquanto as mais baixas foram obtidas em infra-estruturas (16.9) e sectores rurais (40.8). O sistema judicial é independente, com o código penal baseado no código português.

O código de investimentos adoptado em 2007, e revisto em 2009, oferece incentivos para atrair IDE, incluindo

serviços administrativos facilitadores do acesso às propriedades do Estado (edifícios e terrenos). O Governo também garante o direito à propriedade privada, e prevê indemnizações em caso de expropriação por utilidade pública.

O Governo tem feito progressos significativos na implementação de reformas, a fim de alcançar o desenvolvimento económico e o bem-estar social. As reformas em curso, e futuras, continuarão a estar centradas na gestão das finanças públicas, na melhoria da supervisão bancária e na melhoria da regulamentação do trabalho. O Governo comprometeu-se a subsidiar o seu combustível e energia para resolver o problema (antigo) da empresa pública de água e eletricidade (EMAE). Se o apoio do Governo à EMAE não se materializar, a componente de produção da empresa pode ser privatizada, devido aos seus altos custos de produção.

Gestão dos recursos naturais e meio ambiente

STP assinou e ratificou a Convenção de Protecção Ambiental, demonstrando o seu compromisso com a gestão ambiental sustentável. No entanto, a implementação desta convenção foi dificultada pelas lacunas existentes na administração pública.

O país está confrontado com desafios climáticos, incluindo as alterações climáticas, a subida do nível do mar e a erosão em áreas costeiras, os quais afectam as infra-estruturas, as habitações e o turismo. Para tratar dessas questões, durante 2009-2010, o Governo investiu cerca de 1.4 milhões de USD em protecção costeira. Como resultado desses esforços para alcançar a meta sete dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), as emissões de CO₂ foram reduzidas para 0.9 kg por PPP do PIB em 2010, que compara com 1 kg por PPP do PIB em 2000. Em 2011, as emissões devem aumentar ligeiramente para 1.2 kg por PPP do PIB. Concomitantemente, a percentagem de pessoas com água potável chegou a 89.9% em 2011, contra 79% em 2000. Apesar destes progressos, o saneamento básico continua a representar um grande desafio, embora se registre uma ligeira melhoria em 2011, comparativamente a anos anteriores. As autoridades também tomaram medidas para preservar o meio ambiente, incluindo leis para um quadro ambiental e protecção do Parque Natural.

A descoberta de petróleo levou o Governo a aprovar leis e regulamentos que garantam a transparência na gestão dos recursos petrolíferos. Estes incluem uma estrutura para gerir as receitas do petróleo (Agosto de 2000), e a criação de uma Agência Nacional do Petróleo e de um Conselho Nacional do Petróleo (Decreto nº 3/2004). Para fortalecer ainda mais a capacidade do Governo no sector petrolífero, o país tem beneficiado de assistência técnica prestada pelo Governo norueguês, a fim de melhor compreender as regras e regulamentos do sector. Da mesma forma, o Banco Africano de Desenvolvimento, no seu novo documento de estratégia para 2012-2016 para STP, prevê um projecto de capacitação e fortalecimento institucional, para ajudar as autoridades a prepararem-se para o próximo *boom* do petróleo.

Contexto político

Desde a independência em 1975, STP evoluiu de um sistema partido único, e estado socialista, para uma sociedade liberal, e um sistema democrático multi-partidário. Em 2009, o relatório da *Freedom House* classificou STP em sexto lugar em África, em termos de liberdades civis e direitos políticos. Em 2011, STP atingiu 2 pontos em 7 (1 corresponde à pontuação máxima) em ambos os indicadores. A liberdade de imprensa é respeitada e existem vários jornais independentes.

As eleições presidenciais livres e transparentes de Julho de 2011 (com uma segunda volta, em Agosto), demonstrou o progresso do país na consolidação da estabilidade. A segunda volta foi vencida pelo Sr. Pinto da Costa, do partido para a independência de STP, primeiro presidente (1975-1991), que concorreu contra o presidente do Parlamento, o Sr. Evaristo de Carvalho. O panorama político para 2012 e 2013, no entanto, é motivo de preocupação. A colaboração entre o Presidente e o Primeiro-Ministro provou ser um desafio e constitui um risco significativo para a estabilidade social.

Durante esse período, o Governo de Patrice Trovoada, o primeiro-ministro de STP, que conseguiu fazer passar o orçamento de 2012 no Parlamento com muita dificuldade, pode encontrar-se numa posição delicada, porque não possui maioria no Parlamento. Isso pode levar o partido a buscar uma coligação para aprovar a legislação futura, possivelmente com o Movimento Democrático das Forças da Mudança-Partido Liberal (MDFM-PL), que ajudou o Governo a aprovar o Orçamento de Estado para 2012. Tal estratégia não é sustentável a médio e longo prazo e pode levar à possível formação de um novo governo de coligação, com o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe-Partido Social Democrático (MLSTP-PSD) e o Partido da Convergência Democrática (PCD), que no conjunto terá uma pequena maioria de 28 lugares no Parlamento.

Contexto Social e Desenvolvimento Humano

Desenvolvimento dos recursos humanos

O défice de capacidade técnica da administração pública tem sido um dos principais factores que dificultam a implementação bem-sucedida do programa de desenvolvimento do Governo. Tal situação tem sido reiterada em diversos estudos, incluindo o estudo "Insularidade e custo da insularidade em STP" do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que recomenda ao Governo que preste atenção especial ao desenvolvimento humano.

O Governo está empenhado em resolver estas questões. Neste contexto, no Orçamento de Estado para 2012, estimou-se que 11% dos recursos serão destinados à educação e 12% à saúde. Para 2013, é provável que as intervenções prioritárias continuem a centrar-se em infra-estruturas, educação e saúde. As melhorias registadas na prestação de serviços sociais têm ajudado o país a subir no índice de desenvolvimento humano (IDH), com 0.5 contra a média de 0.43 em África em 2011.

Para apoiar o Governo no seu programa de capacitação e desenvolvimento humano, o Centro de Pesquisa e Análise de Políticas para o Desenvolvimento (CIAD) e os parceiros do desenvolvimento a vários níveis do sector público, proporcionaram formação nas áreas de Gestão de Finanças Públicas (GFP), fiscalidade e administração aduaneira e bancária, a fim de aumentar a produtividade e capacidade de resposta dos funcionários públicos.

STP está a caminho de alcançar a maioria dos ODM. A escolarização primária bruta situou-se em 133.8% em 2011, contra 100% para a África e de 107% para os países em desenvolvimento, e a taxa de mortalidade infantil em 69 mortos por 1.000 nados vivos em 2011, contra 78.6 e 46.9 para a África e países em desenvolvimento, respectivamente, em 2011.

Redução da pobreza, protecção social e trabalho

Como parte da sua política de desenvolvimento com vista a reduzir as desigualdades sociais, fornecendo serviços básicos, e atingir os ODM, o Governo, com o apoio dos seus parceiros de serviços sociais, tais como a Cruz Vermelha de São Tomé e a Santa Casa da Misericórdia, desenvolveu um programa nacional denominado "refeição-quente", para melhorar o estado nutricional da parte mais vulnerável da população.

Além disso, uma importante iniciativa foi introduzida para fornecer incentivos financeiros destinados às mães com mais de três filhos para aumentar o nível de educação de seus filhos, garantindo a educação mínima obrigatória (6 anos). A subvenção está sujeita à comprovação da matrícula das crianças no ensino básico, até à sexta classe. Além disso, o Governo também assinou um protocolo de microcrédito com os bancos comerciais a fim de facilitar o acesso ao crédito a 68 famílias de baixo rendimento, no distrito de Lembá e a outras 160 famílias em Água Grande. Espera-se que o acesso ao crédito vá estimular o sector privado e levar à criação de novas pequenas empresas.

O Orçamento de Estado para 2012 prevê meios para a educação infantil a "filhos de mães que trabalham no mercado informal - 2012", a fim de permitir que essas crianças tenham um lugar decente para ficar enquanto as suas mães estão a trabalhar.

STP ractificou 21 convenções da OIT, incluindo a Convenção 182 - Piores Formas de Trabalho Infantil, e tem feito progressos substanciais na sua implementação. O mercado de trabalho continua a ser orientado para a pesca artesanal e a agricultura, em especial a produção de cacau. A força de trabalho de STP é relativamente bem formada, fala mais que uma língua (Português e Francês) e jovem. As leis do trabalho actuais prometem um salário mínimo, horas extras, férias anuais pagas e feriados. As mulheres têm direito a uma licença de maternidade financiada pelo Estado de 30 dias antes e depois do parto.

Igualdade de género

A Constituição prevê direitos iguais para homens e mulheres. STP ractificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), das Nações Unidas, convenção internacional que promove a igualdade de género e o combate à discriminação.

As estatísticas sobre violência doméstica são escassas, embora a evidência mostre que o tipo mais comum de violência é a física. A lei protege os cidadãos de todo o tipo de violência, mas a sua acção tem sido bastante reduzida, devido à capacidade limitada das forças policiais (em termos de formação e instalações) para responder rapidamente às necessidades dos cidadãos.

No que diz respeito ao poder e tomada de decisão, as mulheres ocupam altos cargos públicos, incluindo os cargos de ministro das Finanças, de presidente do Supremo Tribunal, e de Primeiro-Ministro. Apesar da lei 74/VIII/2009, que estipula que pelo menos 30% das mulheres devem participar no Parlamento, a proporção de

mulheres no Parlamento é de apenas 5%. Embora não haja compromisso claro por parte das autoridades em relação à igualdade de género, são necessários mais esforços no sentido de ampliar as oportunidades de participação das mulheres na tomada de decisão em todos os níveis (central e local).

O Governo também criou um programa especial, em cooperação com os serviços de proteção social e parceiros do desenvolvimento, com ênfase nas questões do género, destinado a incentivar as jovens a permanecerem na escola. Formação em gestão de empresas e os programas de capacitação também foram oferecidos aos pequenos agricultores, em colaboração com o Centro de Pesquisa e Análise de Políticas para o Desenvolvimento (CIAD).

No entanto, o sector da educação, em contraste, mostra uma tendência inversa à da participação das mulheres no Parlamento. Não há disparidades de género em termos de indicadores de desenvolvimento humano no acesso à educação. A percentagem de raparigas matriculados no ensino primário, relativamente aos rapazes foi de 97.5% em 2010, enquanto que para o ensino secundário foi de 100.6 por cento. Em 2011, as mesmas proporções no ensino primário e secundário foram, respectivamente, 97.3% e 115 por cento.

Promoção do Emprego de Jovens

Um desafio importante para São Tomé e Príncipe (STP) reside no desenvolvimento económico e no desemprego dos jovens. A situação é motivo de preocupação uma vez que os jovens representam mais de metade da população. De acordo com os últimos dados do FMI (*World Economic Outlook 2011*), a taxa de desemprego de STP situou-se em 15.1% em 2010. A incapacidade do Governo para gerar emprego torna os jovens no segmento mais vulnerável da população.

Apesar dos esforços do Governo para combater o desemprego dos jovens através da criação de programas e iniciativas, o desafio persiste. Em 2009, o Governo definiu um salário mínimo para os jovens que está abaixo do salário mínimo para pessoas com qualificações semelhantes, mas com mais anos de experiência. A iniciativa, que se destina a promover o emprego dos jovens, foi dinamizada em parceria com o sector privado através da partilha de custos, com as autoridades a suportar metade do salário. No entanto, o regime não foi bem-sucedido devido à falta de um quadro jurídico adequado para apoiar o acordo.

De acordo com dados de 2010, o número total de jovens (entre os 15 e os 24 anos) era 91.000, o que representa 52% da população total, dos quais 31.850 eram homens e 59.150 eram mulheres. Apesar da alta taxa de alfabetização de STP (percentagem de pessoas com 15 ou mais anos) em 2010 foi de 88.3%, contra 64.8% para toda a África e 80.3% para os países em desenvolvimento - apenas 1.125 jovens terminou o ensino pós-primário (ensino secundário - 370; formação profissional - 400, e ensino superior - 355). Desses graduados, 55% eram do sexo masculino e 45% do feminino. Em relação aos graduados por instituições de ensino superior, 25% dos alunos especializou-se em administração pública, direito e administração de empresas, seguidos de comunicação e tecnologias de informação e engenharia e ciências sociais, representando 10% cada. Apenas 5% dos estudantes tinham escolhido a agricultura e ciências naturais. Também é importante reiterar que o país tem um enorme potencial agrícola. Desde a sua independência em 1975, até aos últimos anos, em que sector de serviços ganhou relevância, tem sido o motor da economia e, ainda assim, apenas uma pequena parte (5%) dos diplomados escolhe esta área. A agricultura oferece as melhores oportunidade de criação de empregos (em 2008, empregava 55% da população economicamente activa), tendo em consideração que ela representa a principal fonte de rendimento para a grande maioria da população, em especial os mais pobres.

A integração dos jovens no mercado de trabalho em STP é prejudicada pela ausência de uma política de emprego dos jovens e pela falta de troca de informações entre os candidatos a emprego e os empregadores. O alto período de inatividade média após a graduação (até cinco anos) também amplia esses desafios. Nestas circunstâncias, a solução está em aumentar as oportunidades de emprego, de modo a capitalizar os ganhos do alto índice de alfabetização. É, ainda, imperativo propiciar formação destinada a reforçar as competências necessárias, melhorar o fluxo de informação nos mercados de trabalho e facilitar o acesso à formação profissional.

A luta por uma política de emprego estável para os jovens deve estar centrada no reforço da boa governação, na melhoria do ambiente de negócios e na facilitação do acesso ao crédito pelas micro-empresas, a fim de criar empregos, nomeadamente para os jovens que acedem ao mercado pela primeira vez. O Governo também deve maximizar o potencial do sector turístico, investindo em infra-estruturas geradoras de emprego. Por outro lado, reforçar as sinergias com o sector privado, a fim de vincular os programas nacionais de emprego dos jovens aos diferentes sectores, nomeadamente a construção e o sector petrolífero, com o objectivo de garantir que as necessidades de força de trabalho serão supridas por pessoas com qualificações adequadas, seria visto como uma resposta política adequada ao desemprego dos jovens por parte do Governo.



From:
African Economic Outlook 2012
Promoting Youth Employment

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2012-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank, *et al.* (2012), "São Tomé e Príncipe", in *African Economic Outlook 2012: Promoting Youth Employment*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264177673-49-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.